

representa^{coop}

relações
institucionais

INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 27 – ano 2025

30 de junho a 04 de julho de 2025



Sumário

- Lançamento do Plano Safra 2025/2026;
- Assembleia Legislativa Organiza Audiência Pública sobre a LDO.

LANÇAMENTO DO PLANO SAFRA 2025/2026

O Governo Federal lançou, nesta semana, o Plano Safra 2025/2026, consolidando o compromisso com o fortalecimento do agronegócio brasileiro e a promoção de práticas sustentáveis no campo. O anúncio foi marcado por duas reuniões de lançamento, que destacaram a abrangência e a importância da política para diferentes segmentos do setor rural.

No dia **30 de junho**, ocorreu a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar). Foram anunciados R\$ 89 bilhões em recursos para pequenos produtores, com condições diferenciadas de financiamento, taxas de juros menores e incentivos à produção de alimentos, agroecologia, enfrentamento às mudanças climáticas e acesso à tecnologia. O foco esteve na inclusão produtiva, sustentabilidade e apoio a comunidades vulneráveis.

No dia **1º de julho**, foi realizada a cerimônia de lançamento do Plano Safra voltado à agricultura empresarial, no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Lula e do ministro Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária). O plano destina R\$ 516,2 bilhões para médios e grandes produtores, cooperativas e operações de custeio, comercialização e investimento. O valor representa um acréscimo de R\$ 8 bilhões em relação à safra anterior.

Entre as novidades, destacam-se:

DESTAQUES DO PLANO SAFRA

- Exigência do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) para acesso ao crédito, ampliando a segurança e a sustentabilidade da produção.
- Condições diferenciadas para práticas sustentáveis, com juros reduzidos para produtores que adotarem medidas ambientais.
- Flexibilização do acesso a insumos, permitindo o financiamento de rações, suplementos e medicamentos adquiridos até 180 dias antes da formalização do crédito.
- Facilitação da renegociação de dívidas para produtores que enfrentaram dificuldades em safras anteriores.
- Ampliação do acesso ao Fundo de Defesa da Economia Cafеeira (Funcafé) para beneficiários do Pronaf e Pronamp, mesmo com contratos ativos.
- Unificação dos programas ModerAgro e InovAgro, simplificando o acesso ao crédito para modernização tecnológica.
- Aumento do limite de renda para o Pronamp, de R\$ 3 milhões para R\$ 3,5 milhões anuais.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026 foi lançado com um montante de R\$ 89 bilhões destinados a fortalecer o crédito rural, as compras públicas, o seguro agrícola, a assistência técnica e a garantia de preço mínimo para os pequenos produtores. Deste total, R\$ 78,2 bilhões são especificamente para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que completa 30 anos de atuação no desenvolvimento do setor. As taxas de juros para o custeio da produção de alimentos essenciais permanecem em 3% ao ano, enquanto os cultivos orgânicos e agroecológicos contam com juros reduzidos a 2% ao ano, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a inclusão produtiva.

O Plano também amplia o apoio a políticas públicas complementares, como a assistência técnica e extensão rural, seguro agrícola e garantia de safra, além de incentivar a produção agroecológica e a sociobiodiversidade. Essa estratégia visa não apenas aumentar a produção de alimentos, mas também promover práticas que respeitem o meio ambiente e fortaleçam as comunidades rurais.

No entanto, apesar do aumento expressivo dos recursos e das condições favoráveis de financiamento, o Plano Safra ainda é questionado por entidades representativas do setor, com problemas de acesso para os pequenos produtores. Dentre os problemas, destaca-se a burocracia e as dificuldades de acesso ao crédito, que continuam sendo desafios importantes que precisam ser superados para que os recursos cheguem efetivamente à base da agricultura familiar. Há uma necessidade de simplificação dos processos e maior agilidade na liberação dos recursos.

Outro ponto de atenção é o cenário econômico atual, marcado pela alta da taxa Selic e pelo aumento dos custos de produção, que podem dificultar a ampliação dos investimentos e da produção agrícola. Embora as taxas de juros oferecidas pelo Plano representem juros reais negativos, o contexto macroeconômico exige um acompanhamento rigoroso para garantir que as condições de crédito sejam suficientes para enfrentar os desafios climáticos e econômicos. Assim, o sucesso do Plano Safra da Agricultura Familiar dependerá não apenas dos recursos disponibilizados, mas também da efetividade na sua implementação e da capacidade de adaptação às demandas do setor.



O PLANO SAFRA EMPRESARIAL

O Plano Safra da Agricultura Empresarial 2025/2026 foi lançado, no dia 01/07, com um volume de recursos de R\$ 516,2 bilhões, representando um aumento de cerca de 2% (R\$ 7,6 bilhões) em relação à safra anterior. Desse total, R\$ 414,7 bilhões são destinados ao custeio e comercialização, enquanto R\$ 101,5 bilhões ficam para investimentos. O programa busca financiar médios e grandes produtores rurais, além de cooperativas, com foco no desenvolvimento do agronegócio nacional e na modernização tecnológica, incluindo a unificação dos programas ModerAgro e InovAgro para facilitar o acesso ao crédito.

Apesar do aumento no volume de recursos, o Plano Safra empresarial traz um desafio importante: a elevação das taxas de juros, que subiram entre 1 e 2 pontos percentuais em praticamente todas as linhas de financiamento. Essa alta está diretamente relacionada ao atual patamar da taxa Selic, que se mantém em 15% ao ano, o maior nível desde 2006. Embora o governo tenha buscado absorver parte desse impacto por meio de equalização, a redução dos recursos para subvenção do seguro rural e o aumento das taxas representam um ponto de atenção para o setor produtivo.

Outro aspecto relevante é o aumento da participação de recursos livres no financiamento, que possuem juros mais elevados e podem onerar ainda mais os produtores. Além disso, apesar do crescimento nominal dos recursos, especialistas alertam que, considerando a inflação acumulada, o aumento real dos valores destinados ao financiamento é praticamente nulo. Isso, somado à alta dos custos de produção, pode limitar a capacidade de investimento e expansão das atividades agropecuárias.

Em síntese, o Plano Safra 2025/2026 para a agricultura empresarial representa um avanço em termos de volume e manutenção do apoio a programas estratégicos, mas enfrenta desafios significativos relacionados às condições de crédito mais caras e à redução das subvenções. Para que o plano cumpra seu papel de estimular a produção e a competitividade do setor, será fundamental acompanhar a efetiva implementação das políticas e buscar soluções que minimizem os impactos da alta dos juros sobre os produtores.



ASSEMBLEIA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A LDO

Nesta semana, a Assembleia Legislativa do Paraná realizou uma audiência pública para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, que orienta a elaboração do orçamento estadual para o próximo ano. O encontro contou com a participação de parlamentares, representantes do Executivo e da sociedade civil organizada. **A previsão de receita para 2026 está estimada em cerca de R\$ 83 bilhões**, mas o cenário econômico nacional incerto, com disputas políticas e discussões sobre impostos, gera cautela nas projeções.

O secretário estadual da Fazenda, Norberto Ortigara, destacou que, apesar de um desempenho razoável nos primeiros meses do ano, já há sinais de desaceleração na economia estadual e nacional, o que exige acompanhamento próximo e ajustes constantes nas estimativas. Ele ressaltou que o governo mantém o compromisso com um orçamento equilibrado e com capacidade de investimento, mas alertou para a possibilidade de redução do projeto inicial, caso o cenário fiscal se deteriore. Uma das alternativas para reforçar o caixa do Estado seria a implementação de um programa de refinanciamento tributário (Refis) com condições atrativas para os contribuintes.

Durante a audiência, o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Luiz Claudio Romanelli, enfatizou a importância de ampliar a participação popular na definição das prioridades orçamentárias, defendendo o conceito do “orçamento da gente”. O relator da LDO, deputado Evandro Araújo, reforçou a **necessidade de garantir justiça orçamentária e respeitar as competências constitucionais**, evitando que o Executivo tenha liberdade excessiva para movimentações sem transparência.

O Sistema OCEPAR participou de debate, e junto com outras instituições, promoveram falas sobre a manutenção e ampliação de programas estratégicos, como incentivos ao agronegócio, seguro rural e investimentos em infraestrutura. O processo de discussão da LDO 2026 está em fase final, com relatório previsto para ser concluído em breve e votação marcada para o início de julho.



Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua
sugestão e/ou opinião.

